

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro, realizada no  
dia 24 de fevereiro de 2026**

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de fevereiro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), na sala de reuniões do Centro Municipal de Proteção Civil, no edifício dos Paços do Concelho, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e nove: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo, o Vice-Presidente, Adelino da Silva Cunha, e a/os vereadora/es, Ana Genoveva da Silva Araújo, Diogo Carrasqueiras Pereira e António Manuel da Cunha Martins. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas 10h00 (dez horas). -----

Por determinação do senhor Presidente, secretariou esta reunião a Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência, Liliana Clementina Machado de Sousa. -----

Seguidamente, o senhor Presidente colocou as atas das reuniões dos dias 28 (vinte e oito) de janeiro e 11 (onze) de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis) à consideração dos/as senhores/a vereadores/a e, não tendo sido feito qualquer reparo, foram as mesmas postas a votação, sendo ambas aprovadas por **UNANIMIDADE**. -----

No período de antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente deu conhecimento aos/às senhores/as vereadores/as das operações orçamentais e das decisões tomadas ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal. -----

Continuando, o senhor Presidente informou os/a senhores/a vereadores/a das atividades, iniciativas e outras situações ocorridas e a decorrer no Município, tendo comunicado:---

- Em articulação com as Juntas de Freguesia, o Município tem aplicado, com regularidade, betuminoso a frio no piso da rede viária municipal, de modo a tapar os buracos criados pelas chuvas intensas ultimamente registadas. No entanto, logo que possível, serão realizados investimentos nas várias vias. -----

- No dia 13 (treze) de fevereiro foi desativado o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC) de Terras de Bouro. O senhor presidente agradeceu a todos/as os/as envolvidos/as, nomeadamente à proteção civil municipal, aos funcionários

municipais, aos Bombeiros Voluntários e demais instituições, pelo trabalho e empenho prestados. -----

- O procedimento concursal da obra de reconstrução e ampliação do pavilhão destinado a armazém e serviços municipais ficou deserto, facto que exige à Câmara Municipal rever a estimativa orçamental da obra ou realizar ajuste direto pelo mesmo valo. -----

- Terras de Bouro estará representado na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) através dos seguintes stands: S. Bento da Porta Aberta, espaço alusivo ao turismo religioso, Associação Gerês Viver Turismo e Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal. Esta feira de turismo inicia no dia de amanhã, razão pela qual foi antecipada a presente reunião, facto que o senhor Presidente agradece aos/à senhores/a vereadores/a.-

- No presente dia assinalam-se os 4 (quatro) anos da Invasão da Ucrânia pela Rússia, conflito duradouro que tem ceifado brutalmente muitas vidas. -----

- No passado dia 10 (dez) de fevereiro foi realizada uma reunião de trabalho, no Museu de Vilarinho da Furna, em que o assunto central foi o turismo nos territórios do Parque Nacional da Peneda Gerês. Nesta reunião, presidida pelo senhor Presidente da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, Luís Pedro Martins, estiveram presentes: Carlos Abade, Presidente do Turismo de Portugal, Manuel Tibo, Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro, Olegário Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, Manuel Rodrigues, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Melgaço, Fátima Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, e Augusto Marinho, Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca. O objetivo central desta reunião foi o desenvolvimento de um protocolo de colaboração e de um plano de ação turística estruturado e ajustado às necessidades dos concelhos que integram esta área protegida. A próxima reunião decorrerá no próximo dia 23 (vinte e três) de março no Município de Montalegre. -----

- Foram enviados, posteriormente ao envio da Ordem de Trabalhos, dois documentos: os Estatutos da Associação de Municípios do Portugal Romano e o orçamento para aquisição de material para obras de remodelação do telhado da igreja de Covide, elementos que complementam e fundamentam os pontos 4 (quatro) e 10 (dez), respetivamente. -----

- Relativamente às 28 (vinte e oito) candidaturas apresentadas ao Programa 1.º Direito, o Município tem, junto do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), exercido um incessante trabalho informativo e estabelecido vários contactos quer presenciais, quer

telefónicos, quer escritos, no sentido de se concretizar a celebração dos respetivos contratos de financiamento, de modo suprir as carências habitacionais da população e reforçar o parque habitacional municipal. -----

- No âmbito da geminação com Le Beausset, o Município recebeu um convite oficial para visitar esta localidade francesa de 21 (vinte e um) a 25 (vinte e cinco) de maio. -----

- O Município terá um stand promocional de Terras de Bouro na XXI (vigésima primeira) Feira de Nanterre, em França, que realizar-se-á de 26 (vinte e seis) a 29 (vinte e nove) de março, com o objetivo de promover os nossos produtos locais, nomeadamente o artesanato, a gastronomia e o turismo. -----

- No âmbito da transferência de competências da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) para o Município, foi solicitada aquela entidade informações sobre os processos de licenciamento, dos operadores turísticos a laborar na Albufeira da Caniçada, que estão em curso. -----

- Encontra-se a decorrer, até 5 (cinco) de março, o período de formalização de sugestões e de apresentação de informações sobre o processo “Reinício do procedimento de alteração do Plano de Pormenor da Caniçada”. Findo este período, o senhor Presidente informará os/a senhores/a vereadores/a de todas as comunicações rececionadas. -----

Terminada a sua intervenção, o senhor Presidente perguntou aos/à senhores/a vereadores/a se queriam usar da palavra para pedir algum esclarecimento ou apresentar algum assunto. Foi respondido que sim pelo senhor vereador Diogo Pereira. -----

Seguidamente, usando da palavra, o senhor vereador Diogo Pereira solicitou as seguintes informações: -----

- Relativamente aos/às funcionários/as municipais, qual é o número previsível de entradas e saídas nos próximos tempos? -----

- O ponto de situação da intervenção prevista para o caminho de acesso ao lugar da Mota, freguesia de Vilar. -----

No sentido de fundamentar o seu sentido de voto relativo às propostas apresentadas na Ordem de Trabalhos, o senhor vereador Diogo Pereira questionou e/ou referiu o seguinte:

- Sobre a adesão do Município de Terras de Bouro à Associação de Municípios do Portugal Romano, questionou sobre os benefícios associados a esta adesão para esta Câmara Municipal e sobre o encargo previsto, ou seja, o valor da quota anual. Referiu,

ainda, que existem alguns Municípios com significativo património Romano que não aderiram a esta Associação, nomeadamente Coimbra, situação que importa esclarecer.--

- No que concerne ao ponto 8 (oito) e ao ponto 9 (nove), Clube de Caça e Pesca e Ecologia de Terras de Bouro – Pedido de Apoio para a Montaria de S. Martinho e Pedido de Apoio e Transporte, respetivamente, perguntou se estes apoios se enquadram no Regulamento para Concessão de Apoios ao Associativismo no Município de Terras de Bouro, ou seja, se esta associação reúne os requisitos para atribuição destes apoios. -----

- O ponto 12 (doze), referente ao pedido de isenção de rendas do edifício da Portela do Homem, apresentada pelo arrendatário, considera que: *“isto não é um pedido de isenção de rendas trata-se sim de um perdão de dívida”*; era aceitável se o pedido fosse referente apenas a um determinado período pós-incêndios, mas não é o caso, pois já existiam, antes dos incêndios, rendas em dívida; com este “perdão de dívida” o arrendatário tem como benefício o não pagamento da bonificação de 20% (vinte por cento) previsto no Código Civil; o Município tem de ter instituído procedimentos a adotar aquando da existência de dívidas em atraso. Por conseguinte, expressou *“que este não é o melhor caminho”*. ----

- Relativamente ao ponto 14 (catorze), constituição do Conselho Municipal da Agricultura e Pecuária, proposta por si apresentada, tem como objetivos melhorar e potenciar a voz dos agricultores, e proporcionar a discussão e o debate do setor agrícola e pecuário, setor estruturante do nosso território. Deu como bons exemplos os Conselhos Municipais de Mirandela e Cantanhede. Por tal, considera que esta proposta deva ter acolhimento desta Câmara Municipal. -----

Respondendo, o senhor Presidente informou que, relativamente ao mapa de pessoal, que o Partido Socialista chumbou, prevê-se um reforço quer de assistentes operacionais, quer de assistentes técnicos. Este reforço é justificado pelo aumento de serviços e valências criadas nos últimos tempos, pela transferência de competências em diversas áreas e pela proximidade de vários/as funcionários/as à idade da reforma. Como já foi referido em reuniões anteriores, é muito importante e fundamental, para a continuidade e bom funcionamento dos serviços, que sejam contratadas novas pessoas antes da aposentação dos/as funcionários/as, assegurando assim *“a passagem de testemunho”*. Na última reunião, foi aprovada a autorização para celebrar e renovar 33 (trinta e três) contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, no sentido de se garantir as condições necessárias para a execução das várias atividades municipais. Desde a referida

deliberação, foi celebrado apenas 1 (um) contrato. Numa próxima reunião será submetida a deliberação do executivo camarário uma proposta de abertura de concursos públicos para admissão de trabalhadores/as a contrato a termo indeterminado. Estas admissões têm como objetivo assegurar o funcionamento dos serviços proporcionados pelas valências recentemente criadas, bem como pelas que, brevemente, abrirão. Será apresentado, na próxima reunião, o levantamento das/os funcionárias/os contratadas/os e dos/as que se encontram próximo da idade limite para a aposentação. -----

No que concerne ao caminho de acesso ao lugar da Mota, freguesia de Vilar, tal como já foi dado conhecimento anteriormente, é necessário proceder à demolição e reconstrução de um muro privado. No entanto, devido às intempéries, uma das saídas do caminho, junto ao Santuário de Nossa Senhora do Livramento, sofreu uma derrocada. Como se trata de movimentação de terra vegetal, neste período de chuvas não é possível realizar a obra de reposição do talude, mantendo-se o caminho intransitável. No entanto, o senhor Presidente da União das Freguesias de Chamoim e Vilar está a acompanhar a situação e a recolher orçamentos para a execução da obra. -----

Em relação à não adesão do Município de Coimbra à Associação de Município do Portugal Romano, o senhor Presidente referiu que desconhece os motivos, mas, efetivamente, o importante é Terras de Bouro, dado o seu importante património Romano, com destaque da Geira Romana. Esta adesão, que é apresentada no dia de hoje para ratificação, foi motivada pelo intuito de candidatar a Geira Romana a Património Mundial da UNESCO, processo rigoroso que a Câmara Municipal está a preparar. Esta adesão tem ao encargo anual previsto de 1.800,00€ (mil e oitocentos euros). -----

Quanto aos apoios previstos nos pontos 8 (oito) e 9 (nove) da ordem de trabalho ao Clube de Caça, Pesca e Ecologia de Terras de Bouro, Zona de Caça Associativa da Geira e Secção de Tiro Desportivo, respetivamente, informou que a sua atribuição cumpre o disposto no Regulamento para Concessão de Apoios ao Associativismo no Município de Terras de Bouro. Os caçadores da Zona de Caça Associativa da Geira realizam várias montarias ao javali durante o ano, atividade cinegética que ajuda muito os agricultores no controlo desta espécie, assim como, particularmente na Feira Mostra de S. Martinho, dinamizam esta atividade muito apreciada e participada. Propõe-se atribuir à Zona de Caça Associativa da Geira um apoio financeiro de 1.000,00€ (mil euros). A Secção de Tiro Desportivo tem muitos atletas em competição e premiados, por tal propõe-se o apoio

financeiro de 3.000,00 € (três mil euros) e transporte para a participação na XXIV (vigésima quarta) edição no Circuito Interclubes de Tiro aos Pratos. -----

Referindo-se à exposição e pedido de isenção de rendas do edifício da Portela do Homem, o senhor Presidente deu conhecimento que a Câmara Municipal procede, regularmente, à notificação para cobrança das dívidas e, em caso de incumprimento, é submetida a execução fiscal. No entanto, esta dívida deve ser avaliada e reconsiderada devido às seguintes particularidades: a abertura deste edifício é assegurada pelo senhor Jorge Barbosa, caso contrário, o Município teria que afetar recursos humanos para manter este espaço aberto; a viabilidade económica desta atividade depende da faturação obtida nos meses de verão e no verão de 2025 (dois mil e vinte e cinco), devido ao risco de incêndio, a circulação de pessoas e viaturas nesta área esteve condicionada; e este espaço não possui energia elétrica, aumentando muito os custos de operacionalidade do estabelecimento dado o regular recurso a geradores. -----

No tocante ao apoio aos agricultores e em concreto sobre a proposta apresentada pelo senhor vereador Diogo Pereira “Constituição do Conselho Municipal da Agricultura e Pecuária”, o senhor Presidente referiu que a realidade de Terras de Bouro é muito distinta da dos Municípios de Mirandela e de Cantanhede. Informou que a Câmara Municipal presta a este setor de atividade um grande e importante apoio através da dinamização do Gabinete de Apoio ao Agricultor, que tem afeto duas profissionais a tempo inteiro e tem uma das tabelas de taxas mais baixas do país; do apoio aos apicultores/as na promoção e certificação do mel; do apoio à sanidade animal até ao montante de 850,00€ (oitocentos e cinquenta euros), apoio que o senhor vereador Diogo Pereira votou contra aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano para 2026 (dois mil e vinte e seis); do apoio prestado à Associação de Produtores de Pequenos Frutos, nomeadamente na compra de uma carrinha com refrigeração, que, após cessação da atividade desta associação, reverteu a posse para o Município; do protocolo do Município com a CONFRAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, proporcionando aos agricultores informação sobre os subsídios e formação profissional; do apoio prestado pela ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave no âmbito da formação profissional e das candidaturas a vários subsídios e apoios. É seu entendimento que, com a criação deste Conselho, não se vislumbra mais benefícios para além dos apoios já disponibilizados ao setor agrícola e

pecuário no concelho de Terras de Bouro. Por conseguinte, votará contra a referida proposta.-----

De seguida, o senhor vereador Diogo Pereira pediu, novamente, o uso da palavra começando por afirmar que o facto de votar contra o Orçamento Municipal não significa que vota contra uma medida em concreto, e reconhece que existem medidas que têm mérito. Relativamente ao Conselho Municipal da Agricultura e Pecuária, este órgão não tem uma natureza de apoio, é sim um órgão que se obriga a reunir duas vezes por ano com as entidades que o constituem e tem como propósito o debate e a discussão deste setor de atividade. Acrescentou, ainda, que esta medida poderá ter um único impacto orçamental, caso seja deliberado pelo Executivo Municipal o pagamento de senhas de presença. Considera que esta medida poderá trazer valência, visibilidade e voz ao setor. *“Este órgão colegial obedecerá ao Código de Procedimento Administrativo. Defendo que esta seria uma boa medida e deixo à consideração dos eleitos a decisão”*. -----

Continuando, o senhor vereador questionou o senhor Presidente se, relativamente à alteração da tabela de taxas e atualização da tabela de preços, estas têm por base, única e exclusivamente, o Índice de Preço do Consumidor (IPC). Sobre esta questão o senhor Presidente respondeu, de imediato, afirmativamente, acrescentando que estas taxas e preços não sofriam alterações e atualizações há vários anos, prevendo-se assim, em alguns casos, um aumento de 24,5% (vinte e quatro vírgula cinco por cento). Estas alterações e atualizações emergiram de um trabalho conjunto de todas as divisões e serviços municipais, resultando na inclusão de preços e taxas, justificada pela transferência de várias competências para o Município, e na exclusão de serviços que já não são executados e/ou prestados. Para além disso, esta alteração também vem refletir o cumprimento do programa eleitoral do Partido Social Democrata (PSD), nomeadamente através: da utilização gratuita das piscinas municipais pelos aposentados naturais e residentes; e da gratuidade na entrada de residente e naturais do concelho no Núcleo Museológico do Campo do Gerês. A atualização anual será automática com base no IPC publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e ocorrerá aquando da elaboração do Orçamento Municipal. -----

Sendo 11h30 (onze horas e trinta minutos) e não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----